

A MATRIZ DE BOA VIAGEM I

Há 250 anos atrás, no dia 6 de junho de 1707, Baltazar da Costa Passos e sua mulher Ana de Araújo, moradores no bairro de Santo Antônio, da então Povoação do Recife, fizeram doação ao Padre Leandro Camelo, morador em Prazeres, de cem braças de terra “no lugar chamado da Barreta” ao longo da praia e, de largura, a contar “da pancada da costa do mar para dentro até uma lagoa por onde corre o Rio Jordão, a qual lagoa é a que fica logo para dentro do combro de areia do mar, fronteira à venda do Piolho”, a qual davam e doavam ao dito Padre para o fim de construir ali “uma Capela para se dizer missa, com a invocação de *Jesus, Maria e José*”.

Meses depois, no Recife, em 27 de setembro de 1707, um irmão de Baltazar, Antônio da Costa Passos, e sua mulher, Catarina de Sampaio, também moradores no bairro de Santo Antônio, doaram. àquele Padre outras cem braças de terra em quadra, Contígua ao terreno anteriormente doado, começando-se a medir do combro da praia para dentro.

Posteriormente, esse patrimônio foi acrescido pela doação que à capela da Boa Viagem fez Baltazar da Costa Passos, no seu testamento, de mais 500 braças de terreno, ligado ao primeiro pela a parte do Sul, no qual existia, além de mais de 30 coqueiros, “uma casa de taipa de venda em que anteriormente morava Manuel Fernandes Setúbal”, nome ainda hoje lembrado na denominação de Rua do Setúbal.

Vê-se desses papéis que nas proximidades da Praça Barão de Souza Leão (circular de Boa Viagem) existiam, desde fins da primeira metade do século XVII pelo menos, algumas “vendas” que atendiam aos viajantes que do Sul demandavam ao Recife. De alguns documentos daquela época - o *“Itinerário do Recife a Penedo”* de 1640, o diário da viagem de Adriaen van Bullestrate de 1642, o roteiro das tropas holandesas que se dirigiam aos Guararapes em 1648 e 49 - comprova-se que o caminho para o Sul começava com a travessia do braço do Rio Capibaribe, entre a Cabanga e o Pina e, pela praia, prosseguia-se para Muribeca, Jaboatão, Cabo e além. daquelas “vendas”, nos papéis do período da guerra holandesa, conservam-se referências às do Piolho - citada ainda na doação de há 250 anos atrás -, do Droga e a uma “Melckhuys” isto é, leitaria, que ali bem se compreende, porque era o lugar adequado à solta e engorda do gado, como depõe Adriano Verdonck, entre outros. Não era, portanto, a Boa Viagem praia inteiramente deserta: havia pequeno núcleo de casas, certamente, todas de taipa, nas cercanias do local onde depois se levantaria a Igreja.

Entretanto, com a construção, em fins do século XVII, da ponte de Motocolombó, abriu-se a passagem da Imbiribeira e o caminho ao longo da praia de Boa Viagem perdeu muito de sua importância.

Refere Pereira da Costa que antes das escrituras de 1707 dos irmãos Baltazar e Antônio da Costa Passos, existia já no local, levantado pelo primeiro, “um oratório ou presépio dedicado a *Jesus, Maria e José*”. Não é descabida a suposição, pois sendo o doador homem de certa abastança bem poderia ter ali um oratório particular; entretanto a doação feita por Baltazar ao padre Leandro Camelo parece indicar que não existia o oratório, pois este se obrigava, por uma cláusula da escritura, “a fazer à sua custa uma Capela para se dizer e celebrar missa com a invocação de *Jesus, Maria e José*”. Na escritura de Antônio, declara-se que o Padre se comprometia “a fazer uma Capela a Nossa Senhora do Presépio e *Jesus, Maria e José* para nela assistir o dito doado e celebrar os ofícios divinos”.

Não é conhecida a data da construção da Igreja, mas se sabe, pelo depoimento de D. Domingos do Loreto Couto, que o Padre Leandro Camelo cumpriu o seu compromisso, no que o ajudou sua irmã Águeda de Jesus, de quem recorda o mesmo autor que “foi a sua humildade tão profunda que sobre os seus delicados ombros carregava os materiais para a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, que seu irmão construiria... e foi sepultada na dita Igreja”.

Os documentos mais antigos que se conservam no arquivo da Irmandade, hoje administrada pelo Pároco, Reverendo Cônego Romeu de Sá Barreto, que gentilmente nos permitiu examiná-los, remontam ao ano de 1743. Vê-se que então a Capela era administrada por um Padre nomeado pelo Bispo, tendo naquele ano deixado a administração o Padre Inácio Ribeiro Noia, considerado benfeitor dela, pelas suas obras.

Do inventário dos bens da capela feito no dia 20 de novembro daquele ano, vê-se que no altar-mor, com seu “nicho dourado e pintado”, existia a imagem de N. S. da Boa Viagem “orago da dita Capela”, com a do Menino Jesus, ambas com coroa de prata, e em altares laterais sem nichos, sobre peanhas, as imagens de São José “com resplendor de prata e vara de prata com flores e o seu Menino com seu resplendor de ouro” e de Sant’Ana “com resplendor de prata e a Senhora com coroa de prata junto a ela”. Na sacristia estava outra imagem de Sant’Ana “com seu resplendor de prata e dois mantos de seda, um novo e outro de uso”; aí via-se ainda um armário de gavetões para os ornamentos e um outro para os ramalhetes e um lavatório de pedra mármore. Na capela-mor havia uma lâmpada de prata e a nave possuía doze bancos. Na fachada existia um apêndice ou copiar e um sino. Finalmente possuía também a capela um escravo, Miguel.

As rendas da igreja provinham do produto das vendas dos cocos, esmolos diversas, inclusive dos mordomos das festas, dos batizados, das covas e do aluguel do escravo. Havia ainda as esmolos recolhidas numa caixinha com a estampa de Nossa Senhora, pelo ermitão Manuel Luís, português, “que com fama de santidade faleceu em janeiro de 1756”, segundo Loreto Couto.

A renda no período de dois anos, de novembro de 1743 a igual mês de 1745, somou 148\$720 dos quais 60\$000 eram devidos ao peditório do ermitão. No ano de 1746 juntou-se a este um outro, Manuel Pereira, para quem o Padre administrador comprou, “um hábito de burel” por 3\$200, entregando-lhe a “caixinha” para esmolos, dourada e com vidro, que custou 1\$440. Em contas do ano de 1747-49 há ainda referência a um terceiro ermitão, Antônio Pereira, com quem se fez um gasto de 14\$750 “em o aparelhar para as minas, com hábito e caixinha”, isto é, para se dirigir à região do ouro de Minas Gerais - o que aliás se confirma com caso idêntico ocorrido na Irmandade do Senhor Bom Jesus das Portas em 1722, quando se resolveu enviar o ermitão Vicente de Viveiros às “minas do Rio de Janeiro”. Entretanto, a despesa resultou improficua, pois Antônio Pereira trouxe de esmolos apenas 7\$670.

Particularmente devotos de Nossa Senhora da Boa Viagem eram os navegantes e era entre eles que mais rendiam os peditórios. Daí ser o “rendimentos das caixinhas nas embarcações” um dos mais importantes da receita escriturada. No período de 1745-60 foi comum oferecerem os mestres dos navios que faziam o tráfico da Costa da África, escravos de esmola para serem vendidos a benefício da capela. Na receita de 174547 conta o recebimento de 50\$000 “líquido de uma negrinha vinda da Costa por indústria de um devoto e vendida a Custódio Gonçalves” e de mais 89\$000 de dois moleques, um da Costa e outra de Angola, vendidos para a capela. No período de 175169 nada menos de 12 escravos (7 moleques, 1 moleca, 3 negrinhos e 1 negra velha) foram dados de esmola e de igual modo vendidos.

A devoção da Boa Viagem estendia-se aos “homens do sertão”, os quais percorriam

distâncias enormes no interior nordestino. As esmolas deles recebidas a partir da década de 1770, eram de certo vulto.

Mareantes, homens do sertão e outros devotos eram certamente os “romeiros” que nos dias da festa de Nossa Senhora da Boa Viagem acorriam à capela; pois esta se localizava a tal distância do centro urbano que constituía o buscá-la autêntica “romaria”. Mas os Padres administradores cercavam os “romeiros” de um certo conforto. Para abrigá-los levantaram algumas casas, aliás em obediência a uma determinação feita em 3 de novembro de 1745, pelo Visitador do Bispado, o Padre Felix Machado Freire, de que se fizesse “alguma casa para os romeiros da Senhora”. Quatro casas foram, feitas de tijolo, usando-se pedras dos arrecifes para os alicerces; além disso compraram-se esteiras, candeias, panelas, “preguiceiros de couro cru”, duas camas, também de couro cru, potes e quartinhas de beber água. Tamanha quantia despendiam, os Administradores com os romeiros, que em 1769 recomendou o Visitador, Padre José Teixeira de Azevedo, “que os romeiros sejam cuidadosos em guardar e tomar a restituir ao Administrador os potes, esteiras e mais gastos que com eles fizer a Igreja ou que o Administrador com eles tais gastos não faça”.

Os tais romeiros não se limitavam apenas à devoção, mas se excediam em grandes pagodeiras, como comprovou o Visitador D. Domingos do Loreto Couto, segundo termo que fez lavrar no livro de receita e despesa da capela em Boa Viagem a 3 de novembro de 1751. Nele declarava, no seu estilo rebuscado, que, “para atalhar que neste lugar de tanta devoção se não cometam delitos nem se exercitem ações escandalosas, mando ao Reverendo Administrador desta Capela da Senhora da Boa Viagem, de nenhum modo dê hospedaria a moços vadios, nem a mulheres mundanas”, pois não era razoável que, fazendo-se as casas com os bens da igreja, “para agasalho de devotos romeiros, sirvam elas de receptáculos a romeiras infames”. Proibia igualmente que nas tais casas se fizessem “batuques, fofas e outras danças infames e torpes” e se vendessem aguardente “e outras bebidas com que se perturbam os juízos, para que assim se atalhem os desatinos que repetidas vezes se cometem por esta causa”. Proibia ainda os fogos de vista, “castelos e árvores de fogo”, pois e constava “que estes fogos trazem a este lugar grande número de ociosos que não se contentando com o divertimento que buscam, se desmancham em indignos excessos”; acrescentava que se não despendesse o dinheiro da capela com as festas externas e que estas deveriam constar apenas “de luminárias, roqueiras, clarins, causas semelhantes que o fervor da devoção assim o quiser e as ofertas voluntárias assim o permitir”. Finalmente, que nenhum sacerdote viesse ou estivesse presente às festas sem os trajes clericais, “nem se acompanhem com pessoas que possam deslustrar o seu respeito”.

Somente cem anos depois da repreensão de Loreto Couro, tem-se notícia de outras festas: em 1854-55, o livro de receita e despesa registra o pagamento feito pela Irmandade, de 13\$000 “com o sustento dos cavalos dos corredores de cavalhadas”, e, no seguinte, 1855-56, o de 12\$000 a um carpina que armou um tablado e navio para o fandango, despendendo-se ainda 14\$400 com 90 archotes e bandeiras para ornamentação dele. Mas a esse tempo se tinha iniciado a moda dos banhos salgados e a concorrência de famílias era grande.

Fonte: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco**. Recife, 9 de jun., 1951.